

9



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

307

**ACÓRDÃO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA  
REGISTRADO(A) SOB Nº



\*03466230\*

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 9064436-73.2004.8.26.0000, da Comarca de Pirassununga, em que é apelante MINISTÉRIO CRISTO VIVE sendo apelado CARLOS ALBERTO BUENO DE CAMPOS.

**ACORDAM**, em 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "POR MAIORIA DE VOTOS, DERAM PROVIMENTO, CONTRA O VOTO DO RELATOR, QUE PROVIA PARCIALMENTE O RECURSO E DECLARA SEU VOTO. ACÓRDÃO COM O REVISOR.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores JOÃO CARLOS SALETTI (Presidente sem voto), OCTAVIO HELENE E COELHO MENDES.

São Paulo, 18 de janeiro de 2011.

**TESTA MARCHI**  
Relator designado

acórdão + DV(1)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

Voto nº 16.264.

Apelação Cível nº 994.04.082002-0 de Pirassununga.

Apelante: Ministério Cristo Vive.

Apelado: Carlos Alberto Bueno de Campos.

*EMENTA: Ação de reparação por danos morais \_\_\_ alegação de conduta omissiva do estabelecimento de ensino por negligenciar o dever de vigilância \_\_\_ evento não previsível que envolveu apenas dois menores de tenra idade \_\_\_ culpa dos prepostos não configurada \_\_\_ responsabilidade afastada. Sentença reformada. Apelo provido.*

A r. sentença de fls. 145/148 julgou procedente a ação de reparação por dano moral, movida pelo apelado contra a apelante, por entender cabível na espécie a responsabilidade objetiva, uma vez que a entidade educacional teria permitindo a ocorrência de ato ilícito contra o filho menor do apelado, pelo que condenou-a, a título de indenização, ao pagamento de 100 (cem) salários mínimos, além de custas e honorários advocatícios arbitrados em 10% da condenação.

Apela a requerida buscando a reforma total do julgado, por entender incabível a responsabilidade objetiva, (fls. 150/157).

Apresentadas as contrarrazões, (fls. 164/171), sobreveio parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça pelo improvimento do recurso, (fls. 179/183).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

É o relatório.

1. Consta que o menor Cauê, então com três anos de idade, fez cocô na calça e, por isso, ficou sozinho no banheiro, enquanto a professora limpava a sua roupa, ocasião em que o seu coleguinha Vítor, também com três anos de idade, surgiu no local e introduziu o dedo em seu ânus. Foi constatada lesão na região perianal, que seria compatível com introdução de um dedo em seu ânus.

O pai, representando o filho, promove então a presente ação de reparação por dano moral contra a escola ré, sob a imputação de que os professores não dispensaram o cuidado necessário, permitindo que um aluno abusasse sexualmente do menor.

A sentença julgou procedente a ação, por entender que ocorreu uma omissão culposa, fixando a indenização em cem salários mínimos.

O douto Desembargador Relator deu provimento parcial para reduzir a indenização para R\$ 20.000,00, por entender que não houve uma supervisão adequada ao ambiente escolar.

3. O recurso comporta provimento.

Não era previsível o evento, de maneira que não há como atribuir ao estabelecimento de ensino um comportamento omissivo dos seus prepostos. O episódio ocorreu no banheiro, tendo como protagonistas dois alunos de pouca idade, \_\_\_ três anos \_\_\_, equiparando-se o ato de terceiro a caso fortuito ou de força maior.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

Os elementos probatórios não indicam a reiteração de fatos desta espécie, a tornar previsível tal incidente, devendo ser acrescido que não houve um trauma psicológico do episódio que possa acarretar dano moral a ser reparado.

4. Não se cuida de um risco inerente à atividade escolar, a impor-lhe um dever de segurança a ponto de evitar que fatos como esse possam ocorrer, notadamente no banheiro, onde, evidentemente, não há meios para uma vigilância permanente, sob pena de se adotar uma responsabilidade objetiva, quando o caso necessita de comprovação do procedimento culposos por parte dos integrantes da equipe.

Não caracterizada conduta negligente dos prepostos se o aluno, em razão de diarreia, vai ao banheiro e ali acaba sendo tocado por coleguinha, não induzindo situação perceptível de risco, daí a não configuração de culpa dos prepostos que possa levar à responsabilidade da escola \_\_\_\_ inciso IV, do artigo 932, do Código Civil.

5. Enfim, não pode o estabelecimento de ensino ser responsável por curiosidade ou brincadeiras entre crianças, se não houve omissão dos responsáveis pela manutenção da disciplina do colégio, e se era impossível coibir eventual abuso ocorrido no recinto do banheiro, não se configurando culpa subjetiva.

6. Ante o exposto, dá-se provimento ao apelo.

  
**TESTA MARCHI**

Desembargador relator designado



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECLARAÇÃO DE VOTO VENCIDO**

**APELAÇÃO CÍVEL nº 9064436-73.2004**  
**(994.04.082002-0)**  
**Comarca: Pirassununga**

**Apelante: Ministério Cristo Vive**  
**Apelado: Carlos Alberto Bueno de Campos**

**Juiz: Dr. Donek Hilsenrath Garcia**

**Voto nº 13.383**

---

1. Trata-se de recurso de apelação tirado de r. sentença de fls. 145/148 que julgou procedente a ação de reparação por dano moral, movida pelo Apelado contra a entidade Apelante, tendo em vista que, por sua responsabilidade objetiva, teria permitindo que ocorresse ato ilícito contra o filho do Apelado, o menor Kauê de três anos de idade, dentro das dependências da CEDUC – Centro Educacional Cristão, da qual é mantenedora, sendo condenada, a título de indenização, na importância correspondente a 100 (cem) salários mínimos. Sucumbente, foi o réu condenado ainda nas custas e nos honorários advocatícios arbitrados em 10% da condenação. Inconformado, busca o Apelante a reforma da r. sentença, com final provimento deste recurso (fls. 150/157). Contrarrazões (fls. 164/171). Parecer da d. Procuradoria Geral de Justiça opinando pelo improvimento do recurso (fls. 179/183).

2. O autor aforou a presente ação de indenização por dano moral, alegando que no dia 26 de setembro de 2002, seu filho, Kauê com três anos de idade, aluno do estabelecimento de ensino mantido pelo requerido, ora Apelante, enquanto estava no banheiro, seu colega Vitor Graciano introduziu o dedo em seu ânus, causando-lhe lesão, objetivando,

*Humberto*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

dessa forma, o recebimento de indenização pela dor e sofrimento causado em razão do ato ilícito ocorrido por omissão culposa da escola. E o apelante se defende dizendo que jamais existiu tal abuso sexual ou ato libidinoso, narrado pelo autor na inicial, insistindo na inexistência de resultado lesivo, pelo o que se pede a improcedência do pedido, sustentando que o fato inexistiu uma vez que na esfera criminal nada se demonstrou. Argumenta ainda que na hipótese de vir mantida a condenação, o valor deve ser reduzido, já que possui unicamente cunho social e não fins lucrativos, dando a entender que a indenização seja fonte de enriquecimento ilícito.

Pesem tais argumentos o presente apelo não merece prosperar. É da r. sentença que “ (...) o autor narrou à autoridade policial, de forma coerente e segura, que fez coco na calça e por isso ficou sozinho no banheiro enquanto a professora limpava sua roupa momento em que seu colega Vitor Graciano surgiu no local e introduziu o dedo em seu ânus” (fls. 22, 146). E mais: “ (...) a Dra. Keity Carvalho, subscritora do laudo pericial, esclareceu que as escoriações presentes na região perianal do autor eram compatíveis com a introdução com um dedo em seu ânus” (fls. 146). O laudo médico de fls. 20 atesta que o autor foi vítima de abuso sexual apresentando escoriações na região perianal. Com relação à alegação do Apelante dizendo que não é devida a indenização pelo fato de que na esfera penal não se teve êxito, vale ressaltar, que a responsabilidade civil é independente da criminal, não podendo se vincular a ação civil ao resultado da ação penal, colaborando com esse entendimento os seguintes julgados, inclusive um de minha relatoria, trazido no parecer da d. Procuradoria Geral de Justiça que ora transcrevo:

“Responsabilidade Civil – Ato ilícito – Independência das jurisdições civil e criminal – Possibilidade de o juiz do cível identificar a culpa civil do réu em ação indenizatória, sem malferir a decisão criminal – Desnecessidade de suspensão do processo até a decisão criminal – Legítima defesa afastada – Procedência – Sentença confirmada –



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Recurso não provido.” (Apelação Cível n.º 59.640-4 – Campinas – 6ª Câmara de Direito Privado – Relator: Octavio Helene – 05.11.98 – V.U)

“RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. DECISÃO CRIMINAL ABSOLUTÓRIA. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. ART. 384, IV, DO CPP. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO NO JUÍZO CÍVEL. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 1.525 DO CC/16 E 65 DO CPP.

- Embora tanto a responsabilidade criminal quanto a civil tenham tido origem no mesmo fato, cada uma das jurisdições utiliza critérios diversos para verificação do ocorrido. A responsabilidade civil independe da criminal, sendo também de extensão diversa o grau de culpa exigido em ambas as esferas. Todo ilícito penal é também um ilícito civil, mas nem todo ilícito civil corresponde a um ilícito penal.

- A existência de decisão penal absolutória que, em seu dispositivo, deixa de condenar o preposto do recorrente por ausência de prova de ter o réu concorrido para a infração penal (art. 386, IV, do CPP) não impede o prosseguimento da ação civil de indenização.

- A decisão criminal que não declara a inexistência material do fato permite o prosseguimento da execução do julgado proferido na ação cível ajuizada por familiar da vítima do ato ilícito. Recurso Especial não provido.” (REsp 1117131 / SC, Recurso Especial, 2009/0106971-6, Relatora Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, 01/06/2010 - grifei)

É sabido que nos estabelecimentos de ensino resplandece uma seqüência de responsabilidades que se transferem dos pais para os educadores ou responsáveis pela Escola, vez que há obrigatoriedade de vigilância adequada sobre os alunos, que passam a ser direcionados pela escola e seus prepostos. Os educadores, no seu trabalho, exercem sobre os seus alunos um encargo de vigilância que é sancionado pela presunção de culpa. No caso das escolas, a lei prevê a responsabilidade indireta no art. 932 do Código Civil: “São também responsáveis pela reparação civil: I – os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia; II – o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições; III – o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais ou prepostos, no exercício



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

do trabalho que lhes competir, ou em razão dele; IV - Os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos, onde se albergue por dinheiro, **mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos**; V - os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia." Tem-se, então, que esse referido artigo deve vir conjugado juntamente com o art. 933, que determina àqueles responsáveis (art. 932, I a V, CC), responderem, **objetivamente**, pelos danos causados devendo a indenização ser prestada diretamente pelas pessoas mencionadas naquele dispositivo legal. Portanto, veio bem sustentada a responsabilidade civil do réu na r. sentença, quando encontra fundamento no inciso IV, do artigo 932, do Código Civil, a responsabilidade objetiva do Colégio pelos seus educandos. Em suma, a responsabilidade é durante o período em que o educando está sob a vigilância do educador, compreendendo o que ocorre no interior da Escola, ou durante a estada do aluno no estabelecimento, inclusive no recreio, ou em veículo de transporte oferecido pelo educandário. No caso dos autos, o **Apelante tinha o dever de vigilância integral do filho do apelado**, o que não aconteceu, dando a oportunidade de ocorrer o dano capaz de ensejar adequada indenização como arbitrada na r. sentença. Nesse sentido:

"RESPONSABILIDADE CIVIL - Indenização - Pedido de indenização por danos morais e materiais decorrentes de violência sexual praticada contra infante nas dependências de escola municipal - Pedido baseado na responsabilidade do Estado prevista no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal - Admissibilidade - O dever de guarda e integridade física e moral do aluno matriculado em creche municipal é da respectiva Municipalidade - Existência de nexo causal - Sevícia configurada e falta de supervisão adequada ao ambiente escolar - Sentença de parcial procedência - Decisão mantida - Reexame necessário desacolhido e recurso voluntário da ré improvido." (Apelação / Reexame Necessário 994092338612 (9929895000); Relator Rebouças de Carvalho; 9ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 05/05/2010 - grifei)

"RESPONSABILIDADE CIVIL - Indenização por danos materiais e morais decorrentes do óbito do filho menor enquanto nas





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

dependências de escola de educação infantil - Responsabilidade objetiva, nos termos dos arts. 932 e 933 do CC - Indenização por danos morais majorados para 200 salários mínimos, considerando a gravidade do fato e as condições econômicas das partes - Futuros tratamentos médicos derivados do abalo psicológico sofrido pelos genitores são englobados no valor da fixação dos danos morais - Juros moratórios fixados desde a data do evento, nos termos da Súmula nº 54, do STJ - Sentença de procedência - Recurso dos autores providos. PENSÃO - Vítima menor - Desnecessidade de comprovação de dependência econômica de seu pai - Fixação em 2/3 do salário mínimo desde a data em a vítima completaria 14 até os 25 anos de idade, com redução para 1/3 a partir de então, até a data em que completaria 65 anos - Sentença de procedência - Recursos dos autores e da ré parcialmente providos.” (Apelação 991070261384 (7146469400); Relator Windor Santos; 16ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 24/08/2010- grifei).

Quanto ao valor entendo que deve vir melhor adequado, “data venia”, consoante os critérios da razoabilidade e da vedação do enriquecimento sem causa, **reduzido para R\$ 20.000,00** a título de indenização pelo dano moral sofrido, com a correção contada da publicação do acórdão e o juros da mora da citação (04/04/2003 – fl. 27). O valor da indenização deve resgatar a honra da pessoa atingida levando-se em conta a dor sofrida pela parte e também provocar uma retratação de conduta do agente causador do dano, fazendo que assim o responsável tome maiores cuidados para que caso semelhante não aconteça. Mantida a sucumbência.

Assim entendendo, pelo meu voto, o provimento é parcial para melhor adequação da verba indenizatória, no que fiquei vencido.

*Helene*

**OCTAVIO HELENE**  
**Desembargador Relator**